



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



REQUERIMENTO

Número

/XIII (.ª)



PERGUNTA

Número

/XIII (.ª)

Assunto: Empresa fez despedimento colectivo e anunciou outro, e ao mesmo tempo solicitou ao IEFP o envio de desempregados para contratar

Destinatário: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda teve conhecimento que a empresa Pietec - Cortiças, S.A, pertencente ao grupo francês Oeneo, localizada na freguesia de Fiães, concelho de Santa Maria da Feira, que há poucos meses atrás procedeu a um despedimento coletivo, justificando-o com falta de encomendas, e mais recentemente anunciou um novo despedimento coletivo, está a recorrer ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para recrutar desempregados.

Segundo apurámos, o IEFP de S. João da Madeira tem enviado para esta empresa desempregados para serem entrevistados com vista ao seu recrutamento, tendo até enviado ex-trabalhadores desta empresa (dois dos quais os ex-delegados sindicais) que foram abrangidos pelo recente despedimento coletivo perpetrado pela Pietec.

Esta situação é ofensiva para os ex-trabalhadores, desmonta os argumentos da empresa que justificavam o despedimento coletivo e mostram como o objetivo foi sempre o de atentar contra a legislação laboral e contra os direitos dos trabalhadores, procurando dessa forma uma maior precarização do mercado de trabalho.

Lembre-se que aquando do despedimento coletivo de 41 trabalhadores (levado a cabo há poucos meses) a Pietec alegou que esses postos de trabalho seriam extintos porque a empresa iria desistir da produção de u tipo de rolhas e que não tinha lugares onde pudesse incorporar os trabalhadores da linha de produção que iria ser extinta. Mais uma vez este argumentário cai por terra porque, passado muito pouco tempo, a empresa está a tentar recrutar os mesmos trabalhadores, com uma diferença fundamental: numa base muito mais precarizada.

O IEFP parece estar a ser usado pela Pietec e pelo grupo que a detém para ser uma espécie de entreposto de trabalho precário. Legítima estas práticas de despedir trabalhadores do quadro para depois fornecer os mesmos trabalhadores para condições de trabalho muito menos favoráveis para os mesmos.

É de esperar que perante esta situação (que se junta a muitos outros argumentos denunciados pelo Bloco de Esquerda e que mostravam que os argumentos para o despedimento coletivos eram falsos) o Governo e os



organismos que tutela procedam a uma investigação a toda esta situação. Primeiro, sobre a veracidade dos factos que acabaram no despedimento coletivo de mais de 4 dezenas de trabalhadores na Pietec; segundo, sobre os argumentos que estão a ser utilizados para que a mesma Oeneo proceda agora a um despedimento coletivo na Piedade; terceiro, sobre o papel do IEFP em toda esta situação.

As práticas deste grupo económico devem ser devidamente auditadas porque estão a lesar o erário público e a desrespeitar a legislação laboral e os direitos dos trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social as seguintes perguntas:

1. O ministério tem conhecimento desta situação?
2. Sabe o governo informar que medidas vão ser implementadas para de imediato colocar um fim neste grave atropelo?
3. Vai o ministério solicitar uma rigorosa investigação aos argumentos que foram utilizados pela Pietec para avançar para o despedimento coletivo, uma vez que esses argumentos parecem cada vez mais falsos?
4. Vai o ministério permitir o novo despedimento coletivo em curso, agora na Piedade (detida pela mesma multinacional), tendo em conta o historial deste grupo no caso da Pietec?
5. Vai o ministério averiguar e auditar esta situação, em que o IEFP está fornecer ex-trabalhadores a uma empresa que os despediu há muito pouco tempo alegando não ter condições para os integrar noutras funções?

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2019.

**O deputado
Moisés Ferreira**